

O apoio da gestão pública ao Atendimento Educacional Especializado no estado da Bahia

Support from public management to Specialized Educational Service in the state of Bahia

Osni Oliveira Noberto da Silva¹

1 0000-0001-5028-0889, Universidade do Estado da Bahia, onoberto@uneb.br.

RESUMO

Objetivo. O objetivo do presente artigo foi analisar, segundo os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o apoio que os gestores municipais (prefeitura e secretaria de educação) dão à inclusão de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

Método. Trinta e seis professores aceitaram participar da pesquisa realizada através de uma entrevista com roteiro semiestruturado.

Conclusão. Os docentes discordam em relação ao apoio dos gestores municipais ao seu trabalho voltado para o AEE. Enquanto que alguns asseguram que recebem apoio, ainda que através de cobranças, outros professores afirmaram que não recebem apoio algum.

Implicações. Porém o que ficou mais claro foi que o apoio dado ao docente de AEE está ligado ao interesse do prefeito ou secretário de educação, o que pode gerar insegurança dos professores sobre a continuação de seu trabalho.

Palavras-chave. Atendimento Educacional Especializado; Políticas Públicas de Educação Especial; Salas de recursos multifuncionais.

ABSTRACT

Objective. The aim of this article was to analyze, according to the teachers of the Specialized Educational Service (AEE), the support that municipal managers (city hall and education department) give to the inclusion of students with disabilities and/or special educational needs.

Methods. Thirty-six teachers agreed to participate in the research carried out through an interview with a semi-structured script.

Conclusion. Teachers disagree about the support of municipal managers for their work aimed at the AEE. While some ensure that they receive support, even through charges, other teachers stated that they do not receive any support at all.

Implications. But what became clearer was that the support given to the AEE teacher is linked to the interest of the mayor or secretary of education, which can generate insecurity on the part of teachers about the continuation of their work.

Keywords. Specialized Educational Service; Public Policies for Special Education; Multifunctional resource rooms.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema o apoio da gestão municipal com o professor que atua com o Atendimento Educacional Especializado. De acordo com Lunardi-Lazzarin e Hermes (2017) o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o serviço responsável pelo apoio na formação educacional dos alunos com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação. Este serviço tem como suas principais características o seu funcionamento no turno oposto ao horário da sala de aula comum das escolas e ser desenvolvida nas Salas de Recursos Multifuncionais, que são espaços dotados de equipamentos pedagógicos específicos, materiais adaptados e de apoio que proporcionam ao professor o melhor desenvolvimento educacional para a especificidade de cada um dos seus alunos.

O problema reside no fato de que a educação de pessoas com deficiência tem uma história marcada por abusos, mas ao mesmo tempo por lutas, conquistas e afirmação de direitos. Desde as primeiras experiências educativas ocorridas na Europa no século XIX com viés médico-terapêutico até a idealização do paradigma da inclusão, um caminho longo e tortuoso foi percorrido. (RIBEIRO; DAUMEL, 2003).

No Brasil existem iniciativas históricas, como a criação, pelo Imperador D. Pedro II, dos primeiros órgãos focado nas pessoas com deficiência, fundando em 1854 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente nomeado como Instituto Benjamin Constant (IBC) e em 1857 criou o Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), os dois na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro na época.

Porém, após esse período, poucas foram às iniciativas governamentais, para com as pessoas com deficiência, ficando mais marcado aquelas em que a segregação era mais evidente, como por exemplo, em 1938 o ministério da Educação publicação uma portaria que estabeleceu “a proibição de matrícula em estabelecimento de ensino secundário, de alunos cujo estado patológico os impeça permanentemente das aulas de Educação Física” (CARMO, 1994, p. 31).

Durante esse período, a pouca assistência do estado foi suprida com a criação de importantes e tradicionais escolas especiais, como a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), fundada em 14 de setembro de 1950 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) fundada em 1954, através da união de familiares e amigos de pessoas com deficiência.

Aliás, foi justamente a organização de grupos cada vez maiores e mais relevantes em todo o mundo democrático que favoreceu as discussões e cobranças de políticas públicas educacionais para as pessoas com deficiência, como explicado por Santos e Dantas (2017):

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade, colocadas em abrigos, prisões, hospitais ou em outras instituições estatais para serem tratados na perspectiva médico-terapêutica. Com o advento da organização dos grupos de pais, educadores, intelectuais, de deficientes, políticos, entre outros, reivindicaram para essa população políticas públicas inclusivas que garantissem a igualdade de oportunidades e o exercício da cidadania baseado no modelo social dos direitos humanos (p. 495).

Assim, a partir dos anos 70 do século XX é iniciado um movimento internacional que tem como grande conquista uma série de congressos, muito organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), que declarou o ano de 1981 como o ano da pessoa portadora de deficiências (PIRES; PLÁCIDO, 2018).

De acordo com Ferreira e Cabral Filho (2013), os movimentos sociais ligados às pessoas com deficiência foram se tornando cada vez mais formais, através da criação de entidades que garantiram a devida interlocução com os governos nacionais e puderam assim pautar a discussão de importantes políticas educacionais. E ainda segundo os autores:

Os movimentos sociais das pessoas com deficiência, na intenção de estimular o processo participativo e garantir a interlocução com o

Estado, optaram por formalizar entidades jurídicas, “profissionalizando” serviços e lutas. Desta forma, constituindo uma identidade social e política, explicitaram as demandas e estratégias – ora de enfrentamento, ora de negociação – na construção do processo democrático e na busca do respeito às diferenças e da igualdade de oportunidades. A grande conquista do período foi, certamente, a potencialização social e política dessas pessoas (FERREIRA; CABRAL FILHO, 2013, p. 106).

Baseado nesse histórico apresentado de forma resumida, autores como Natividade et al (2019) explicam que o desenvolvimento da Educação Especial no Brasil ocorreu “de forma lenta, ganhando espaço na sociedade por meio de muitas lutas e conquistas em defesa dos direitos sociais, educacionais, de inclusão, de acessibilidade, entre outros” (p. 291).

Ademais, a luta por direitos e tratamento justo, igualitário e humano não é uma característica exclusiva das pessoas com deficiência, pois segundo Amaral e Bernardes (2018) a “história da humanidade nos últimos séculos vem sendo marcada pela luta de grupos que buscam tratamento igualitário, a fim de que seus direitos sejam garantidos e respeitados” (p. 173).

A entrada nos anos 1990 segue ao fortalecimento das discussões acerca do paradigma educacional da Inclusão, tendo como ápice em 1994 a Conferência Mundial sobre necessidades educativas, ocorridas na cidade de Salamanca na Espanha. Neste evento a questão da igualdade de oportunidades e do foco nas potencialidades em detrimento das deficiências, além de uma escola que pudesse atender as necessidades pedagógicas de todos os alunos, respeitando as suas diferenças físicas e sociais, são as pautas mais importantes contidas numa Documento surgido nesse evento e conhecido historicamente como a Carta de Salamanca.

Nesse documento está claro que é importante que os países signatários “adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política,

matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma” (UNESCO, 1994). Assim, seus princípios foram inseridos na legislação dos países signatários, inclusive o Brasil.

Assim, um novo tipo de escola precisava ser pensado, não só com um novo tipo de prática pedagógica, mas sim com um novo tipo de gestão, como explicado por Silva e Paulino (2017):

Percebemos que à gestão escolar ao desenvolver ações voltadas para o processo inclusivo de alunos com necessidades especiais, promove o desencadeamento na construção coletiva de uma escola que possibilite uma educação igualitária para todos. Pois cabe ao gestor escolar prover recursos materiais, financeiros e humanos, que são fundamentais para o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Diante disto, consideramos que a gestão da escola atua de modo ativo participativo na inclusão dos alunos com necessidades especiais (SILVA, PAULINO, 2017, p. 13).

Entretanto, paralelo a essas conquistas, os governos também começaram a ser tomados gradativamente por gestões que tem como base os princípios do Neoliberalismo. Aplicado na Administração pública tem como foco a eficiência, diminuição de custos, a diminuição do estado através de privatizações, gestão dentro da ótica do mercado e da especulação financeira. Concordando com essa ideia, Oliveira e Maúes (2012) afirmam que:

A partir de então, os professores se tornaram alvo das políticas de inspiração neoliberal, mediante surgimento de diretrizes, programas e ações orientadas para a regulação e o controle profissional por meio de aferição e remuneração por desempenho, bem como a definição de competências e de certificações profissionais. (OLIVEIRA; MAÚES, 2012, p. 67).

Rengel e Cordeiro (2017) explicam que é necessário que mais estudos sejam realizados sobre os vários aspectos do trabalho do professor de AEE a “partir dos quais seja possível desenvolver medidas de intervenção que promovam mudanças

significativas em termos de organização da escola, formação e condições de trabalho dos professores” (p. 674).

Por conta disso, o objetivo do presente artigo foi analisar, segundo os professores do Atendimento Educacional Especializado, o apoio que os gestores municipais (prefeitura e secretaria de educação) dão à inclusão de alunos com deficiência.

Para tanto o texto está organizado inicialmente pela introdução, em seguida a metodologia da pesquisa, da apresentação e análise dos dados coletados e encerrando com as considerações finais.

2. METODOLOGIA

Para a coleta de dados do estudo apresentado neste artigo foi utilizado uma entrevista com perguntas abertas e orientadas. Na entrevista o pesquisador pode estar frente a frente com o sujeito, obtendo assim as respostas necessárias acerca de sua pesquisa (GIL, 2010).

O local onde o estudo foi desenvolvido representa uma das dezesseis regiões do estado da Bahia, chamada de Piemonte da Diamantina, composta de nove municípios¹, que juntos respondem por cerca de duzentos e setenta mil habitantes, sendo que sessenta por cento dessa população reside na zona urbana (IBGE, 2017).

Através de contatos junto às prefeituras dos respectivos municípios, foi constatado que ao todo quarenta e cinco docentes atuaram no ano de 2017 com Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência em

¹ Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Orolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova.

Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), instaladas em escolas municipais, urbanas e rurais, sendo esse o critério escolhido para o presente estudo.

Assim, desse universo, trinta e seis docentes aceitaram participar da pesquisa, o que representa oitenta por cento do total de indivíduos que se encaixavam nos critérios pré-determinados para o presente estudo.

As docentes são em sua maioria do sexo feminino, se autodeclaram pardas, tem idade média de 42,88 anos, trabalham majoritariamente em escolas urbanas, são majoritariamente concursados, possuem entre 21 a 25 anos de experiência na educação básica, mas entre 1 a 3 anos no AEE. Além disso, possuem em sua maioria curso superior em Pedagogia feito em Universidade pública estadual e a maior parte cursou Especialização em Educação Especial e inclusiva em instituições de ensino superior da rede privada.

Os horários das coletas de dados foram previamente ajustados com os docentes, para que o contato atrapalhasse o mínimo possível à rotina diária deles. As entrevistas foram gravadas e realizados em um local reservado, no intuito de evitar que houvesse interrupções. Além disso, a identidade dos professores não foi divulgada nem relacionada aos seus respectivos municípios, respeitando assim a privacidade dos sujeitos e evitando que os dados sejam usados para fins não acadêmicos.

A análise dos dados obtidos foi feita segundo a Hermenêutica Objetiva, técnica desenvolvida dentro dos preceitos da Teoria Crítica em que o foco está na realidade social, que tem nos textos (discursos, entrevistas ou documentos) o material a ser analisado, podendo assim expor a realidade (VILELA; NÁPOLES, 2010).

As gravações de áudio foram transcritas e seu conteúdo analisado. Dentro da Hermenêutica Objetiva, esse material de registro em texto é chamado de Protocolo, de maneira que essa técnica de análise trabalha através de um processo de reconstrução da conjuntura, pois compreende que o produto da prática social não ocorre de forma acidental, mas sim através de normas que a estruturam (VILELA; NAPOLES, 2008). É importante deixar claro que a transcrição foi fiel à fala dos sujeitos, de modo que, para garantir a fidedignidade das mesmas, os erros comuns à linguagem coloquial falada foram mantidos.

Com a finalidade de preservar os docentes que aceitaram participar do estudo, além de respeitar todos os regulamentos acerca das pesquisas com seres humanos, o projeto de pesquisa ao qual este artigo é parte integrante, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), através do parecer nº 2532.689.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados apresentados neste tópico tratam especificamente sobre o apoio que os gestores municipais dão aos docentes que atuam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

É importante explicar que neste estudo conceituamos os gestores públicos não só como o prefeito municipal, mas também os secretários, principalmente o responsável pela educação do município. No que diz respeito aos gestores escolares estamos tratando acerca da Direção da escola e da coordenação pedagógica.

Iniciando a análise, ao serem indagados, dez professores disseram ter recebido apoio irrestrito, de sua respectiva gestão municipal, no que diz respeito

ao desenvolvimento de seu trabalho. Os Docentes 14 e 19 deixaram claro em seus discursos que apreciam a atitude dos gestores em relação a oferta e apoio a formação continuada dos professores:

Eles têm oferecido alguns cursos, alguns encontros mesmo na sala de AEE pra troca de experiência. Isso tem ajudado bastante e me incentivado mais ainda a continuar (DOCENTE 14).

A secretaria me dá muito apoio, a coordenadora também. Elas me falaram que lá é muito carente. É por isso que nós estamos tendo o curso de capacitação uma vez mês pra que a gente possa se preparar melhor pra ajudar essas crianças. E eles tem me dado muito apoio e estão buscando melhor cada dia mais pra ajudar essas crianças por ser muito carente o município (DOCENTE 19).

Os Docentes 06 e 11 deixam claro uma preocupação acerca de suas respectivas gestões municipais tiveram com a infraestrutura física e da oferta dos materiais didáticos para o trabalho no AEE:

Nós temos graças a Deus. E a gente percebe tanto da secretaria quanto do gestor a preocupação que eles têm. Então cada dia vêm melhorando. Hoje a gente já tem um carro específico pra pegar esses alunos com deficiência pra trazer pra escola, trazer pro atendimento. Eles têm uma preocupação de fazer as coisas dentro do que é realmente proposto. Da acessibilidade agora mesmo que a gente tá pra adaptar aquela outra sala ali, pra fazer atividades motoras com os alunos e contratar uma equipe. É claro que a gente quer mais, muito mais (DOCENTE 06).

Dão sim, sempre que a gente tá precisando de material didático, sempre que a gente tá solicitando tá chegando. As vezes tem alguma dificuldade, mas isso acontece em todo o município (DOCENTE 11).

Os Docentes 23 e 25 também destacam que suas respectivas gestões municipais matem uma relação que prioriza pelo trabalho conjunto para tomadas de decisão que dizem respeito ao trabalho no AEE:

A gente tem apoio. Algumas visitas acontecem junto com a secretaria de educação, ela vai visitar as escolas, junto com a supervisora, e ouve os pais. A gente vai conversando com ela durante a viagem também. Além do pedagógico a gente tá buscando dar o exame que aquela criança precisa, que não tá sendo assistida (DOCENTE 23).

Eu vejo muito interesse, principalmente nessa gestão, o secretário de educação dá uma importância enorme para o atendimento educacional especializado. Tanto é que ele quer, ele acha necessário, que a gente se encontre com frequência pra discutir determinados assuntos, determinadas ações a serem desenvolvidas no município (DOCENTE 25).

De acordo com o Docente 15 existe na gestão de seu município uma preocupação séria no que diz respeito aos elementos jurídicos e contratuais, como por exemplo, o plano de carreira para os professores que atuam no AEE:

Tem melhorado. Nessa gestão a gente vê avanços significativos. Nós nos reunimos com mais frequência, quase que quinzenalmente. Nós ficamos felizes que a quinze dias saiu no diário oficial do município, o nosso regime interno, o perfil do professor de AEE. Nós estamos a cada dia avançando, porque até então nós temos nenhuma segurança. Nós estamos atuando no AEE, na sala de recursos, mas enquanto profissionais nós não temos nada garantido no nosso plano de carreira, até diante da própria escola. Então é isso que a gente tá buscando. O secretário de educação quer que nós formemos um conselho. Eu acredito que melhorou muito o olhar do gestor em si, que é o prefeito, bem como o secretário de educação e as nossas coordenadoras, elas estão empenhadas e estão nos ajudando sim (DOCENTE 15).

O Docente 32 esclarece que a Secretaria de educação de seu município preferiu se organizar em um tipo de disposição que põe a Educação Especial em um protagonismo ainda incomum entre os municípios da região.

Nessa última gestão tem essa reciprocidade mesmo. Até porque na secretaria foi criado as coordenadoras de Educação Especial. Que aí elas estão sempre presentes, sempre atentas. Toda semana faz um encontro com a gente pra tá discutindo as nossas dúvidas, quando a gente precisa de alguma coisa a gente solicita. E a gente tá cobrando muito e aí vem o retorno. Existe essa parceria então tá melhorando (DOCENTE 32).

A criação de uma coordenação específica para a Educação Especial parece ser um ponto positivo, pois direciona as ações e organiza as demandas dos docentes de AEE dos municípios. Com o aumento da oferta do AEE e as devidas garantias legais, Baptista (2011) explica que existem uma série de ações que objetivam garantir à implementação de políticas educacionais inclusivas, entre as quais a articulação com os gestores municipais.

Assim indo nesse caminho “a Secretaria de Educação Especial do MEC implementou um Programa que visava à difusão de sistemas inclusivos por meio

da formação e da gestão – o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (2003-2010)” (p .62). E ainda de acordo com o mesmo autor:

Quando analisamos o âmbito municipal da gestão das políticas públicas relativas à educação especial, é necessário reconhecer que, em muitos municípios, tem ocorrido o processo de sintonia com a diretriz de oferta das salas de recursos por meio da adesão a programas, como aquele que oferece os materiais para aquele tipo de serviço (BAPTISTA, 2011, p. 69).

Porém, nem todos os docentes que trabalham com AEE e atuam nos municípios da região do Piemonte da Diamantina tem razões para estarem orgulhosos. Para quatro professores os apoios que as suas respectivas gestões dão só ocorrem quando há muita reclamação, de modo que eles acreditam que é preciso haver melhorias. Desses, os Docentes 16 e 17 reforçam a obrigação de conseguir um maior apoio no que se refere aos cursos de formação continuada:

Hoje até que a gente tem um pouco de apoio, mas poderia ser muito maior e melhor, principalmente em relação à formação continuada, por que assim essa formação acaba sendo só por conta própria mesmo né, por conta da necessidade que nós temos de tá buscando meios de aprender um pouco mais pra poder trabalhar melhor (DOCENTE 16).

Eu acho que ainda é pequena, a gente precisa de mais apoio. Em relação a cursos. A APAE dá um suporte interessante, mas a APAE não tem condições de receber o público, porque os pais também precisam desse suporte. Acho que deveria ter mais cursos de capacitação por parte do município (DOCENTE 17).

De acordo com o Docente 07 é imprescindível que exista um apoio maior da gestão municipal no que se refere a compra, oferta e manutenção dos materiais pedagógicos:

Pelo tempo de funcionamento da sala aqui, eu considero que poderia já estar num nível muito melhor de funcionamento, porque esse é o quarto ano do AEE, então a gente tem uma estrutura legal de sala tem, mas em questão de materiais, mais profissionais pra sala, ainda falta muito. Então é aquela questão, reconhece apoia, mas quando a gente passa pro “vamos ver mesmo”, tudo que demanda o bom funcionamento do AEE as vezes a gente tem muita dificuldade de conseguir recursos, apoios, compreensão por parte de todos (DOCENTE 07).

Já o Docente 08 propõe que exista um suporte maior o que diz respeito a oferta de profissionais para a composição de uma equipe multidisciplinar,

especificamente de profissionais que atuam no campo da saúde, que possam focar sua atuação dentro das demandas do AEE:

Olha a gente tem o apoio, só não é tudo que a gente queria, a gente queria muito mais, às vezes assim a gente não tem assim 100% de apoio. Inclusive a questão de a gente estar hoje numa luta por alguns profissionais que a gente precisa ter aqui na AEE, como por exemplo psicopedagogo atuante aqui nós não temos. Nós precisamos também de Fisioterapeuta, de Neuro, Fonoaudiólogo. Hoje a gente conta com a psicóloga, mas apenas uma psicóloga da educação, não é uma psicóloga destinada a sala de AEE, é geral da educação, nós temos assistente social também, que é da educação não é destinada a AEE (DOCENTE 08).

Nos discursos dos professores fica notório o descontentamento deles por terem que passar por esses desgastes emocionais desnecessários, haja vista que para que haja mínimas condições de trabalho é preciso uma cobrança muito forte as autoridades competentes.

Porém, segundo as falas de outros cinco docentes, a situação de alguns parece ser ainda pior, pois eles asseguram que infelizmente a gestão municipal não garante o apoio ou muitas vezes esse apoio é insuficiente:

A gente passou 4 anos sem ter uma formação pedagógica. A gente aprende todos os dias, mas a gente precisa de formações. Pela secretaria de educação a gente não tem esse suporte grande. A gente tem sofrido aqui no colégio com esse problema imenso no município, que é a falta de interprete de LIBRAS na sala de aula. A gente tem sofrido, os professores do regular tem procurado a gente e a gente tem cobrado a secretaria de educação. E já se vai mais 8 anos e nada de resposta. Então eu acho que a secretaria de educação ou faz de conta ou engana a gente porque esse dinheiro vem e porque não contratar esse interprete. Então eu vejo que precisa mudanças nessa educação inclusiva (DOCENTE 05).

Eu acho que já foi um pouco melhor, mas nunca foi bom. A gente sempre enfrentou aqui muitos desafios. Inclusive a própria implantação da sala de AEE, da nossa luta, nossa persistência, motivando os gestores para olhar o AEE. A gente enfrentou algumas resistências diversas. Nas nossas necessidades a gente tinha que correr muito atrás. E hoje tá muito mais complicado. Nessa última gestão a gente é muito desvalorizado mesmo (DOCENTE 18).

Não existe a formação, um curso específico pro professor do AEE, então devido a necessidade e a demanda, eles pegaram alguns professores da sala de aula regular e ofertaram essa oportunidade de trabalhar no AEE. Dá suporte na questão da manutenção os materiais, essas coisas. Mas ainda deixa assim a desejar no sentido que desde o princípio quando fizeram a adesão ao programa, o município indica e afirma que ele tem espaço físico para trabalhar na sala de recursos multifuncional. Só que nós já temos o que, Dez anos entendeu? Muitas escolas ainda não tem o espaço

físico, propicio pra o atendimento de educação especializado. Então eu digo que o apoio é dado em partes, porque ao longo desse tempo já era pra ter sido construídas essas salas, pra poder a gente ter condições de trabalho adequado pro desenvolvimento do AEE. (DOCENTE 29).

Muito insatisfatório na realidade. Veja, eu te disse que em 2008 eu tive a primeira formação, 2011 eu fiz a Pós graduação porque eu mesmo busquei essa formação. Depois eu fiz algumas formações on line por busca própria. Nunca houve, de lá pra cá, uma formação que seja favorecida pelo município. Nem pra os professores do ensino regular, nem pra os professores do AEE. Pra gente é mais cômodo ter corrido atrás dessa formação, mas e o professor da regular que recebe esse menino e ele nunca ouviu falar, por exemplo, de uma flexibilização. Então assim, além de eu me auto formar eu preciso também dar essa informação pro meu professor pra receber essa criança. Você pensar que em 10 anos nada mudou. Por exemplo, eu tenho na minha sala de recursos os mesmos materiais que vieram em 2009. Então não há nenhum financiamento para tal (DOCENTE 31).

O apoio é muito pouco, porque lança o desafio, coloca você dentro da sala e se vire, agora é com você. Ai, se o professor que fizer um bom trabalho, de fato ajudar as crianças, ele vai ter que correr atrás, porque o apoio é muito pouco (DOCENTE 35).

A conjuntura denunciada pelos educadores é grave, à medida que as prefeituras que implantam uma SRM em seus respectivos municípios, necessitam que uma série de demandas sejam garantidas para um funcionamento satisfatório do trabalho dos docentes que atuam no AEE, tais como formação acadêmica, estrutura física, materiais pedagógicos, transporte dos alunos, equipe multidisciplinar etc.

Deixar os docentes que atuam no AEE sem condições mínimas para a execução de seu trabalho, além de suscitar em ilegalidades, evidencia ausência de interesse no que tange à educação e desenvolvimento dos alunos com deficiência. Isso afeta completamente a materialização do paradigma da inclusão nas escolas municipais, podendo causar até desestímulo dos educadores, dos alunos e descrédito do AEE ante a sociedade.

A falta de apoio dos gestores em relação ao trabalho no AEE pode muitas vezes estar relacionado com a falta de (in)formação desses sujeitos no que diz respeito a função das Salas de Recursos multifuncionais e até do próprio AEE. Isso

pode ser confirmado através dos discursos dos Docentes 22, 27, 33 e 34 que criticam a falta de informação dos gestores municipais acerca do funcionamento e dos conceitos referentes à Educação Especial:

O prefeito, todos eles, ajudam e incentivam. Mas tem a falta de conhecimento deles. Esse processo de aprendizagem não é só da gente, mas são deles também (DOCENTE 22).

Eu acho que o gestor não construiu ainda essa mentalidade do que é o atendimento educacional especializado. O que me parece as vezes é que a inclusão é da professora de educação inclusiva e dos pais do aluno com deficiência. E a gestão vê a inclusão como fazer rampas e matricular o aluno. Esse ano, pela primeira vez nesses dez anos, o gestor atual tá colocando um pezinho a frente, tendo esse olhar a criança especial, pela primeira vez no município (DOCENTE 27).

No início ficou bastante evidente que foi uma questão política. A cidade não tinha AEE e a comunidade passou a cobrar. Era período de véspera de eleição. As pessoas estavam cobrando com relação as verbas que tinham sido publicadas no portal da transparência. Então foi mais pra dar uma resposta a comunidade. É tanto que o recurso que veio pra construção pra sala de AEE, ele foi desvirtuado pra um outro setor e na ocasião eles construíram uma sala rápida, urgente, sem as adaptações adequadas, não tinha rampa, não tinha banheiro adaptado, mobiliário não era adequado. Mas ai nós fomos pedido e aos poucos ele foram implementando. O que a gente ouvia dos secretários, apesar da boa vontade, eles não tinham como empreender os recursos, porque nós não sabíamos como era gerenciado essas verbas (DOCENTE 33).

Eu vejo assim, em alguns municípios a Educação Especial é cumprida por obrigação e não pelo fato de que é um dever da sociedade ter os alunos com necessidades específicas perto de si, ou junto dos seus pares. Então em determinado momento a gestão talvez não conhecesse tão profundamente, mas tinha uma visão mais ampla do que é a sala de recurso, do que é o atendimento educacional especializado e por uma necessidade numa troca de gestão. Ai entra alguém que não tem tanta experiência assim e que a visão para os profissionais que necessitam na área, pra quantidade de alunos, cuidadores que necessitam, é uma visão restrita. Então isso acaba embarreirando dificuldade mais práticas, mais dinâmicas pra área, por falta do conhecimento desse gestor (DOCENTE 34).

Segundo Sá (2017) o gestor público precisa ter uma formação sólida e qualificada, além de “conhecer a realidade escolar e manter comunicação com a mesma, deve ser o motivador para que todos os segmentos da instituição sejam signatários em prol de uma educação inclusiva para todos” (p. 49). Isto porque se não existir uma proximidade sobre a questão do trabalho de AEE desenvolvido nas Salas de Recursos Multifuncionais, a qualidade do serviço oferecido a população e

até as próprias condições de trabalho docente podem ser seriamente afetadas.

Argumento que também é compartilhado por Rocha e Fernandes (2017):

O fato de os gestores da educação especial dos municípios pesquisados, muitas vezes, desconhecerem ou resignificarem os textos legais que orientam as políticas tanto em âmbito federal quanto estadual, a partir dos interesses e necessidades locais, certamente determina novos arranjos sobre o alunado que pode se beneficiar do trabalho desenvolvido nas salas de recursos multifuncionais (p. 244).

Os Docentes 01, 03, 12, 13, 20 e 26 deram ênfase em suas falas aos problemas que decorrem das mudanças de uma gestão para outra e denunciam a inexistência de uma continuidade das políticas municipais já implantadas, o que deixa para os interesses pessoais dos gestores a manutenção de tais políticas:

Gestão sempre muda. E os novos gestores precisam entender essa proposta pra que começam caminhar. Eu percebo a atual gestão dando grande importância a esse trabalho (DOCENTE 01).

A gente vive na rede municipal, a gente tem muitos embates. A gente sofre com uma questão que é a mudança de gestor. Há 10 anos quando vai dar esse boom da educação inclusiva nós recebemos todo o apoio do gestor da época. Quando entra o gestor seguinte esse apoio foi estagnado. Ai veio outra gestora tentando reativar o que foi feito lá atrás e ai o ultimo gestor não tinha um olhar sensível pra causa da inclusão, pras salas de atendimento. Se fosse uma política e não uma politicagem, se não fosse um fazendo e o outro desfazendo (DOCENTE 03).

Na época que eu entrei eu tive todo o apoio. Foi implantado as salas com estrutura boa, todos os acessos tecnológicos que o governo federal deu a sala tem e todo o dinheiro que vinha era destinado exclusivamente ao trabalho do AEE. Na época tinha auxiliar, então a gente tinha uma estrutura que comparado com os padrões tava quase pioneiro. Mas com o tempo, com a mudança de gestão, com a mudança de funcionário, com a retirada de professores da sala, tudo mudou. Então hoje a gente não tem mais estrutura, as tecnologias que estão lá não estão funcionando, já não tem o mesmo número de funcionários. Então assim, hoje tá tem outra qualidade que caiu, é tudo totalmente diferente. Em vez de progredir teve uma regressão imensa (DOCENTE 12).

Em 2015 e 2016 a secretaria tinha o sonho também de formar essas salas e ela investia nessas salas, só o que faltava era formação. Já essa gestão não tá fazendo nada. Só um curso que a gente faz na APAE a gente não paga nossa inscrição. Se é transporte eu tenho que vim, eles não me dão condições nenhuma. Eu não vejo empenho nenhum. O empenho maior é dos professores da educação especial. Aquele querer, aquele desejo de ajudar esses alunos (DOCENTE 13).

Agora nessa gestão eu percebo que existe uma maior preocupação, principalmente em relação a estudo, a formação. A gente passou uma época sem nada, a gente buscava de forma individual. Agora desde o ano passado a gente tá tendo um maior número de formações. Eu percebo que

essa gestão agora tem um olhar diferenciado para as salas de AEE (DOCENTE 20).

Complicado, porque primeiro a gente não fica com o mesmo gestor porque eles estão de passagem e tem gestor que tem um olhar pra inclusão. Quando tem, procura melhoras, procura ajudar a sala de AEE. E tem gestão que não quer muito envolvimento com a inclusão. A verdade é essa. A gente caminha numa gestão e na outra a gente pode ficar estagnada. As políticas públicas deixam a desejar muito. É complicado porque muda esse povo. E quem entra não acompanha como estava as coisas, quer fazer do seu jeito e vai trabalhar do jeito que quer, infelizmente é assim (DOCENTE 26).

Para o Docente 21 houve uma situação inversa, pois para a realidade dela a nova gestão trouxe benefícios as suas condições de trabalho que anteriormente eram inexistentes:

Agora o apoio tem sido um pouquinho maior, porque a gente se sentia desassistida, as cobranças por cursos, por alguns materiais, por alguns eventos que é de grande necessidade, a gestão atual tá favorecendo (DOCENTE 21).

Essa circunstância de falta de continuidade por causa da mudança de gestão também pode ser observada na pesquisa de Mororó e Couto (2015), que analisaram as condições de formação docente no estado na Bahia através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que cita a fala de um coordenador do programa: “Porque o que a gente vê em alguns municípios que a gente visita ou faz contato é que, como houve mudança, houve eleições municipais o ano passado, quando muda o grupo político o pessoal da secretaria não sabe de nada” (MORORÓ; COUTO, 2015, p. 35).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma resumida os discursos deixaram claro que, apesar da divergência de opiniões, o apoio dado ao docente de AEE está ligado profundamente a gestão municipal vigente, do interesse do prefeito ou secretário de educação do momento, o que pode gerar insegurança dos professores sobre a continuação de seu trabalho.

A falta de continuidade nas políticas públicas brasileiras possui raízes históricas e densas que ampliada desde o governo federal até os pequenos municípios do interior do país, que em muitos casos ainda mantem a velha prática dos “grupos políticos”, sem qualquer convergência ideológica, porém unidos pelo interesse em usar o poder público para proveito pessoal, através da distribuição dos cargos públicos para seus apoiadores, punição aos opositores políticos e ações políticas eleitoreiras sem qualquer interesse em manter uma continuidade para as gestões municipais futuras.

Deste modo, as políticas brasileiras que possuam objetivos e metas a serem cumpridas dentro de um determinado prazo, além da fiscalização constante da população e do Ministério público podem amenizar essa situação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. T. DO; BERNARDES, M. F. R. judicialização da educação inclusiva: uma análise no contexto do estado de Goiás. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 25, p. 171-186, 29 mar. 2018.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira Educação Especial**. Marília, v.17, p. 59-76, maio-ago, 2011. Edição Especial.

FERREIRA, G.; CABRAL FILHO, A. V. Movimentos sociais e o protagonismo das pessoas com deficiência. **Revista Ser Social**, Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social-UNB. v. 15, n.32. 2013

CARMO. A. A. **Deficiência Física**: a sociedade cria, “recupera” e discrimina. Brasília, DF: Secretaria dos Desportos/PR, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Cidades**. Em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>. Acessado em 15 de julho de 2019

LUNARDI-LAZZARIN, M. L.; HERMES, S. T. Educação Especial como campo de saber e poder nas políticas de inclusão escolar. **Revista Contrapontos**, Vol. 17, n. 2, Itajaí, Abr – Jun, 2017.

MORORÓ, L. P.; COUTO, M. E. S. As condições de formação do professor-discente do PARFOR na Bahia. **Horizontes**, v. 33, n. 1, p. 29-38, jan/jun. 2015.

NATIVIDADE, A. DE S.; JUSTI, J.; VASCONCELOS, C. F. C. Educação especial na perspectiva inclusiva: um estudo sobre as condições de acessibilidade proporcionada aos alunos com deficiência física. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 28, p. 279-294, 1 jan. 2019.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MAUÉS, Olgaíses Cabral. A formação docente no Brasil: cenário de mudanças políticas e processos em debate. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Fino Traço Editora Ltda. Belo Horizonte – MG, 2012.

PIRES, R. S.; PLÁCIDO, R. L. A educação da pessoa com deficiência visual: marcos históricos e políticos da formação e atuação docente. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 30-54, jan./abr.2018.

RENGEL, J. T. S.; CORDEIRO, A. F. M. “De repente, não mais que de repente”: o processo de inserção profissional docente no atendimento educacional especializado. **Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau, v. 12, n.3, p.661-676, set./dez. 2017.

RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C. (Orgs). **Educação Especial: Do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.

ROCHA, L. M.; FERNANDES, S. A oferta do atendimento educacional especializado nos municípios da área metropolitana norte de Curitiba, no contexto da política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 45, p. 229-253, jan./jun. 2017.

SÁ, D. M. P. **Gestão Municipal para a Educação Inclusiva: estudo exploratório**. 58 p. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão). School of management sciences. Barcarena – Portugal.

SANTOS, P. K.; DANTAS, N. M. R. Tecnologias assistivas e a inclusão do estudante surdo na educação superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 494-514, ago. 2017.

SILVA, Amós Santos; PAULINO, Orquídea Maria de Souza Guimarães. Educação inclusiva, gestão escolar e projeto político pedagógico interdependências mobilizadas para a promoção da inclusão escolar. **Revista Educação Inclusiva - REIN**, Campina Grande, PB, v1.01, n.01, julho/dezembro, 2017, p. 1-14.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

VILELA, R. A. T.; NAPOLES, J. N. “Hermenêutica objetiva” e sua apropriação na pesquisa empírica na área da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 305-326, jul./dez. 2010.

VILELA, Rita Amélia Teixeira; NAPOLES, Juliane Noack. A pesquisa sociológica “Hermenêutica objetiva”: novas perspectivas para a análise da realidade educacional e de práticas pedagógicas. **Anais da 31ª Reunião Anual da Anped**. Caxambú, 2008.

Submetido em: __06__/_12__/_2021__

Revisões requeridas em: __28__/_12__/_2022__

Aprovado em: __24__/_03__/_2023__

SOBRE O AUTOR

Osni Oliveira Noberto da Silva. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade, do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

[PREENCHIMENTO DA REPI] SOBRENOME AUTOR 1, INICIAIS DO NOME; MESMO PADRÃO PARA OS DEMAIS AUTORES. TÍTULO DO TRABALHO. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 4, p. 1-19, 2023.

RELEASE

O objetivo do artigo foi analisar, segundo os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o apoio que os gestores municipais (prefeitura e secretaria de educação) dão à inclusão de alunos com deficiência. Os docentes discordam em relação ao apoio dos gestores municipais ao seu trabalho voltado para o AEE. Enquanto que alguns asseguram que recebem apoio outros professores afirmaram que não recebem apoio algum. Porém o que ficou mais claro foi que o apoio dado ao docente de AEE está ligado ao interesse do gestor, o que pode gerar insegurança dos professores sobre seu trabalho.